

## **O PROGRESSO CONTRA O PATRIMÔNIO: DESENVOLVIMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ARQUITETÔNICA EM VITÓRIA DA CONQUISTA**

*GT 1 Economia Política, História do Pensamento Econômico, Economia do Trabalho, Economia Social, Economia Solidária, Cooperativismo, Tecnologias Sociais, Desigualdade Social, Sindicalismo, Movimento Estudantil e Movimentos Sociais.*

Fábio Sena Santos <sup>1</sup>

Orientador: Prof. Dr. Josias Alves de Jesus<sup>2</sup>

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é discutir o impacto do desenvolvimento econômico na paisagem urbana de Vitória da Conquista, especialmente em relação ao patrimônio cultural edificado. Buscou-se analisar os discursos públicos e privados sobre a necessidade de permanente renovação estética da cidade para assegurar o progresso e a modernização. A oposição entre desenvolvimento econômico e salvaguarda da memória arquitetônica justificou a demolição de vários monumentos arquitetônicos cuja desaparecimento desfiguraram e continuam a desfigurar o centro histórico de Vitória da Conquista. Foram pesquisados editoriais, artigos de opinião e notícias em jornais locais a partir da década de 20 do século XX, além de leis, portarias e decretos municipais e outros documentos públicos abrigados no Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista. Ao final, foi possível identificar que houve uma maciça mobilização de opinião pública favorável à renovação estética da cidade, sempre calcada nas noções de progresso e modernidade, impactando, de forma definitiva, na paisagem arquitetônica do núcleo histórico original da cidade.

**Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Patrimônio cultural. Progresso.**

### **1. Introdução**

Em Vitória da Conquista, município localizado no centro-sul do Estado da Bahia, o processo de desenvolvimento econômico e social impactou de forma significativa a paisagem urbana com o desaparecimento de vários exemplares arquitetônicos edificados entre o último quartel do século XIX e início do século XX. Neste estudo, buscaremos demonstrar a existência de discursos proferidos por agentes sociais e políticos que fortaleceram localmente a associação direta entre progresso econômico e urbano e necessária renovação estética da cidade – ou, por outro viés, a oposição entre desenvolvimento urbano e econômico e salvaguarda da memória arquitetônica –, justificando, assim, a demolição de vários monumentos arquitetônicos cuja desaparecimento desfiguraram e continuam a desfigurar o centro histórico de Vitória da Conquista.

Neste artigo, apresentamos aspectos econômicos, comerciais, políticos e discursivos que moldaram a Vitória da Conquista contemporânea, desprovida de boa parte de sua memória arquitetônica e ainda sob risco iminente de perda de casas antigas que sobreviveram à especulação imobiliária. Também dispomos neste artigo de uma seção demonstrativa do impacto de uma determinada noção de progresso ao comparar, a partir de material iconográfico, os aspectos arquitetônicos do antes e do depois do centro comercial, área que corresponde ao Centro Histórico de Vitória da Conquista.

<sup>1</sup> Mestre em Museologia/Patrimônio e Comunicação pela Universidade Federal da Bahia, graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e especialista em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional pela UESB. E-mail: [fabiosenasantos@yahoo.com.br](mailto:fabiosenasantos@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS (2017). Economista pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1994), Especialista em Gestão Empresarial (2004) e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Salvador (2007). Professor Adjunto da Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: [josiasalves@uesb.edu.br](mailto:josiasalves@uesb.edu.br)

## **2. Metodologia**

A metodologia utilizada para alcançar os objetivos a que nos propomos é a da análise documental. Foram pesquisados artigos de opinião, editoriais e notícias em jornais locais a partir da década de 20 do século XX, além de projetos de leis, leis, portarias, decretos municipais, correspondências expedidas e recebidas pelo poder público municipal, além do acervo iconográfico e outros documentos públicos abrigados no Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, órgão subordinado à Secretaria de Gestão e Inovação da Prefeitura Municipal. A leitura deste acervo forneceu uma visão sobre as mudanças operadas pelos agentes públicos e por particulares no sentido de renovar a estética urbana e imobiliária do centro comercial de Vitória da Conquista, sempre apoiados nos conceitos de progresso e desenvolvimento.

Com base nos documentos recolhidos e analisados, especialmente os de natureza iconográfica, é possível afirmar que houve um processo intenso de renovação estética, especialmente do núcleo histórico mais antigo da cidade, com alteração substancial da paisagem urbana, impactando negativamente no que diz respeito à preservação da memória local. Foi possível identificar, neste estudo, que resiste, ainda, a ideologia do progresso como elemento supostamente tradutor dos anseios coletivos e muitos dos casarões antigos que sobreviveram à especulação imobiliária correm riscos de desmoronamento ou de demolição.

## **3. Vitória da Conquista: uma breve análise**

Vitória da Conquista ostentou lento crescimento econômico durante todo o século XIX, tendo, principalmente nos anos finais deste século, uma população majoritariamente pobre, pois o antigo Arraial da Conquista desenvolvia uma economia alicerçada nas grandes propriedades pecuárias e policultoras, com a utilização de mão-de-obra escrava e de trabalhadores livres. Na segunda metade do século XX, o município experimenta um salto de desenvolvimento econômico, social e urbanístico graças ao surgimento das rodovias Ilhéus-Lapa e Rio-Bahia, que fizeram da cidade um importante entroncamento rodoviário e capital econômica de uma vasta região.

O dinamismo econômico da zona cacauífera também influenciou positivamente Vitória da Conquista no início do século XX, com a cidade assumindo o papel de fornecedora de muitos serviços e produtos. Após o impulso econômico das décadas de 1950 e 1960, outro impulso, desta vez derivado

da cultura cafeeira, significaria um novo salto econômico para Vitória da Conquista e Região Sudoeste a partir da década de 1970. À época, a maioria da população era urbana – dos 127.528 habitantes, 85.959 moravam na cidade (IBGE, 1970).

No terreno econômico, merece destaque a fundação da Companhia Telefônica, que possuía apenas 200 linhas em 1960, saltando para 1.500 em 1964, 2.100 em 1968, 4.000 em 1977 (VIANA, 1982, p. 70). No mesmo período, foi fundado o Clube de Diretores Lojistas (1963); o Departamento Municipal de Energia Elétrica é integrado à Coelba (1962); é celebrado convênio com o então Departamento de Engenharia Sanitária do Estado da Bahia (DESEB) para execução e exploração do serviço de água e esgotos sanitários de Vitória da Conquista (1965); é criado pelo Estado da Bahia o Hospital Afrânio Peixoto (1966), instalado o Centro Executivo Regional de Saúde (1967); e inaugurado o Estádio Municipal Lomanto Júnior (1966).

Também é deste período a implantação de importantes agências bancárias em Vitória da Conquista, como as do Banco da Bahia (1960), “terceiro estabelecimento de crédito a instalar uma agência nesta cidade” (VIANA, 1982, p. 290), e do Banco Brasileiro de Descontos S. A/Bradesco (1965). O Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais instalou sua agência em 1961, o Banco Itaú (1962, depois teve sua denominação alterada para Banco Português do Brasil S. A), o Banco Bamerindus do Brasil S.A. (1962), o Banco Comercial da Bahia (1965), o Banco de Administração (1967).

As informações obtidas do IBGE referentes aos aspectos demográficos de Vitória da Conquista dos anos 1950 em diante, período a partir do qual são verificadas mudanças exponenciais em relação à população local, coincidem em grande parte com as informações colhidas na imprensa local, regional e nacional da época sobre um tema que parece caro aos conquistenses, ou ao menos para os jornalistas, pois que expressivamente presente em grande parte das páginas dos jornais: a ideia do progresso econômico e de prosperidade.

### **3.1. Patrimônio e desenvolvimento**

O conceito contemporaneamente adotado para patrimônio surgiu na França, após a Revolução de 1789 (CHOAY, 1999, p. 56). Aqui, tomamos o sentido sociopolítico em que patrimônio é “um caminho para a defesa de uma sociedade mais justa e plural” ou “a medida dos entrelaçamentos entre memória e história, poderoso dispositivo de reflexão sobre o passado, o presente e o futuro” (CARVALHO E MENEGUELLO, 2020, p. 8, p. 25).

Segundo Santos (2023), como categoria de pensamento, patrimônio integra o acervo de reflexões que ganha cada vez mais força na sociedade contemporânea, reunindo pensadores e pesquisadores das mais diversas áreas acadêmicas, da História à Filosofia, da Museologia à

Arqueologia, da Psicologia ao Direito, da Arquitetura e Urbanismo à Antropologia, das Letras à Linguística, constituindo-se em terreno fértil para um profícuo debate público sobre a importância de salvaguardar por inventariação, conservação e preservação desde paisagens urbanas a práticas sociais.

A Constituição Federal, de 1988, em seu artigo 216, alargou o conceito de patrimônio definido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo Patrimônio Histórico e Artístico por Patrimônio Cultural Brasileiro. Mendes (2012) afirma que ainda há um caminho a percorrer até que o patrimônio cultural tenha reconhecido seu papel na estratégia de desenvolvimento econômico sustentado. Segundo a autora, os decisores das políticas de modernização e desenvolvimento mobilizam-se tão somente em favor dos fatores materiais e econômicos, sem se darem conta de que, "por dependerem de fatores que não são primariamente de ordem material, a maior parte dos problemas econômicos não têm solução dentro de uma perspectiva exclusivamente econômica" (MENDES, 2012, p. 39). Assim, gestores relegam o patrimônio cultural à lógica do supérfluo, "como se as pessoas não passassem de produtores e consumidores, quais autômatos desprovidos de consciência espiritual e valorativa", uma leitura rasa e deturpada dos processos desenvolvimentistas, que limita a dimensão cultural a um status secundário na escala das prioridades.

Na Carta de Machu Pichu (1977), os signatários defendem que o planejamento, no contexto contemporâneo de urbanização, deve refletir a unidade das cidades e suas dinâmicas, de modo que as técnicas de planejamento devem ser aplicadas a toda escala de grupos humanos – bairros, cidades, áreas metropolitanas, estados, regiões e nações.

O objetivo do planejamento geral, incluindo o planejamento econômico, o projeto e o planejamento urbano e a arquitetura são a interpretação das necessidades humanas, de modo que a desarticulação entre planejamento econômico em nível nacional e regional e o planejamento para o desenvolvimento urbano onerou e reduziu a eficiência de ambos. Assim, as áreas urbanas muito frequentemente refletem os efeitos adversos e específicos de decisões econômicas baseadas em considerações amplas e relativamente abstratas, assim como em estratégias de planejamento econômico a longo prazo.

A Recomendação de Nairobi (1976) argumenta que os conjuntos históricos ou tradicionais são os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e que sua salvaguarda e integração na vida contemporânea é fundamental na planificação das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial, para que as cidades não corram os "perigos da uniformização e da despersonalização".

Além disso, esclarece que esses conjuntos históricos constituem um patrimônio imobiliário cuja destruição provoca muitas vezes perturbações sociais, mesmo quando não resulte em perdas econômicas, e que, nas condições de urbanização moderna, que produz aumento considerável na

escala e na densidade das construções, há o perigo de destruição direta de conjuntos históricos, por isso, os arquitetos e urbanistas deveriam empenhar-se para esses conjuntos se integrem harmoniosamente na vida contemporânea.

O documento ainda argumenta quanto à necessidade de medidas jurídicas, técnicas, econômicas e sociais a serem adotadas pelas autoridades locais para salvaguardar o patrimônio, medidas que devem influenciar o planejamento local e orientar a ordenação urbana e rural. Assim, o desenvolvimento urbano deve observar a salvaguarda do patrimônio arquitetônico: proteger dos danos causados por determinados avanços tecnológicos, tais como quaisquer formas de poluição, com a proibição de instalação de indústrias nocivas em sua proximidade e dos efeitos destrutivos dos ruídos.

A Norma de Quito, carta patrimonial publicada em 1967, defende, de forma emergencial e em cooperação interamericana, a inclusão do patrimônio monumental aos impulsos ao desenvolvimento do continente, aceitando que os bens de patrimônio cultural representam um valor econômico suscetíveis de constituir-se em "instrumentos de progresso". A carta denuncia um acelerado processo de empobrecimento da maioria dos países americanos em consequência do abandono e da falta de defesa de sua riqueza monumental e artística, conclamando à confecção de um plano sistemático de revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social, adotando a premissa segundo a qual a ideia do espaço é indissociável do conceito de monumento e que a tutela do Estado deve estender-se ao contexto urbano, ou seja, "ao ambiente natural que emoldura os bens culturais".

Os signatários do documento entendem que o potencial de riqueza destruída com "esses atos irresponsáveis de vandalismo urbanístico" em diversas cidades do continente americano é muito superior aos supostos benefícios à economia nacional decorrentes das instalações e melhorias de infraestrutura e defende a conciliação entre as exigências do progresso urbano e a salvaguarda dos valores ambientais, devendo os planos reguladores urbanos considerar os conjuntos urbanísticos e centros históricos.

O documento defende que a valorização do patrimônio monumental e artístico não se contradiz, teórica ou praticamente, com uma política de ordenação urbanística cientificamente desenvolvida. Longe disso, deve constituir o seu complemento. A carta é contundente ao denominar de "anárquico" o processo de modernização infraestrutural das cidades, considerando que os "atos de vandalismo urbanístico se realizam alegremente, com a indiferença ou a cumplicidade das autoridades locais".

A manutenção dos Centros Históricos, segundo o Manual de Reabilitação de Centros Urbanos do Ministério das Cidades (BRASIL, 2005, p. 53), se associa à necessidade de integrar os monumentos ao desenvolvimento da economia das cidades, mantendo a memória e o acervo arquitetônico. O Manual de Inventários de Bens Imóveis, do Iphan, argumenta que "a cidade é um

objeto privilegiado de patrimônio, como um lugar socialmente produzido, onde se acumulam vestígios culturais, documentando a trajetória de uma sociedade” (2007, p. 160). A análise da cidade como um documento foi abordado pelo órgão em seus processos de inventariação de centros históricos, estágio fundamental à compreensão da formação do núcleo urbano e suas influências.

### **3.2. Uma noção de progresso**

Magaldi (1992) argumenta que as cidades conservam cicatrizes de várias conjunturas de luta, “teimosas marcas de uma memória inscrita nas pedras do calçamento, os monumentos aos sucessivos vencedores, os rastros de um passado que permanentemente se tenta ocultar ou maquiar” (MAGALDI, 1992, p. 21), e que as cidades brasileiras vêm sendo subordinadas a uma sistemática destruição das marcas do passado por causa das ideias de progresso e modernidade.

A urbanista afirma ser sintomática a fragilidade dos órgãos públicos no processo de preservação e planejamento urbano, o que tem constituído um ambiente de extrema gravidade no que respeita à convivência entre o "antigo" e o "novo", explicitando que no "antigo" reside uma parte considerável da memória social e da identidade cultural dos habitantes do lugar, de modo que desconsiderar a questão do patrimônio histórico-ambiental urbano é exilar o cidadão, alijá-lo de seu próprio meio – fazer da cidade um ambiente hostil e estranho à maioria da população.

Nas cidades brasileiras, ainda com maior força, as ideias de progresso e modernidade têm levado a uma sistemática destruição das marcas do passado. A sintomática ausência de preocupação com o problema e a virtual fragilidade dos órgãos públicos de preservação e planejamento têm criado uma situação de extrema gravidade no que diz respeito à necessária convivência entre o "antigo" e o "novo". (MAGALDI, 1992, p. 21).

Magaldi identifica a permanência do jogo da especulação imobiliária e o lucro como último critério para uso do solo urbano e como elemento central no processo sistemático de destruição do patrimônio construído das cidades, travestida de renovação urbana e dissimulada sob princípios supostamente sanitários, estéticos ou funcionais, além de apresentada como processo de "modernização".

A filósofa Marilena Chauí denuncia a “ação predatória do moderno”, pondo em contraste antiguidade e modernidade, segundo ela representada na falta de clareza “nas relações entre o passado e o desejo imoderado da modernidade a qualquer custo” (CHAUÍ, 1991, p. 43). Ela adverte que cada época precisa ter a memória de todas as outras para superá-la e realizar a tarefa do presente.

Como se vê, não só a modernidade no Brasil não guarda os traços do conceito original, como ainda ganha um cunho autoritário predominante. Não por acaso os governantes sempre se afirmam modernos e correndo atrás da modernidade, uma vez que o moderno é produzido através do Estado que decreta, por exemplo, que é moderno no Brasil não ter empresas, não ter serviços culturais, que é moderno deixar tudo por conta do mercado – isto é, enquanto nos países modernos a dinâmica do mercado se impôs, no Brasil ser moderno é o Estado decretar que a cultura pode ser feita pela Rede Globo e pela iniciativa privada (CHAUÍ, 1992, p. 44).

A historiadora Maria Clemente Pereira Cunha é taxativa ao afirmar que, "decididamente, este é um país preocupado em ser 'moderno', onde todos reivindicam para si a bandeira da modernidade, como se aí residisse a chave do futuro" (CUNHA, 1992, pág. 9). Segundo a pesquisadora, remonta ao final do século XIX o período a partir do qual as elites brasileiras têm buscado situar o Brasil no ambiente que acreditam ser os trilhos do progresso, "a mão única da história", pois "o país é obcecado pelo moderno", em decorrência de uma classe dominante inferiorizada diante da imagem do primeiro mundo.

Paoli (1992) argumenta contra "a constante produção do novo, que desafia a compreensão e a intervenção na cidade" (PAOLI, 1992, pág. 25), enquanto Lefebvre (2001, p. 48-49) tece críticas ao que denomina de "urbanismo ideológico", ou "urbanismo científico", que realiza uma análise fragmentária da realidade e tende a negligenciar o fator humano, pois "acompanha as formas deliberadas de racionalismo operatório".

Esse urbanismo tecnocrático e sistematizado, com seus mitos e sua ideologia (a saber, o primado da técnica), não hesitaria em arrasar o que resta da Cidade para dar lugar aos carros, às comunicações, às informações ascendentes e descendentes. Os modelos elaborados só podem entrar para a prática apagando da existência social as próprias ruínas daquilo que foi a cidade... Declarar que a cidade se define como rede de circulação e de consumo, como centro de informações e de decisões, é uma ideologia absoluta; esta ideologia, que procede de uma redução-extrapolação particularmente arbitrária e perigosa, se oferece como verdade total e dogma, utilizando meios terroristas. Leva o urbanismo dos canos, da limpeza pública, dos mediadores, que se pretende impor em nome da ciência e do rigor científico. Ou coisa pior ainda ((LEFEBVRE, 2001, p. 48-49).

Segre (1992) atribui à sociedade industrial moderna a destruição da imagem de coerência estética da cidade e faz uma espécie de denúncia. "Quem planeja e realiza a cidade atual? São os especuladores, empresários, incorporadores, engenheiros, proprietários de terras e os desamparados. Restra pouco espaço para os urbanistas e projetistas que representam a vanguarda do saber profissional (SEGRE, 1992, p. 102).

Na visão de Segre (1992), a agressiva volumetria das edificações e a explícita segregação territorial dos grupos sociais desintegram até mesmo o discurso cultural que identifica a qualidade do entorno a partir da articulação de diferentes manifestações artísticas, de modo que, "ao tecido consolidado do 'centro urbano', denso de símbolos e significados, contrapõe-se o anonimato

individual de "suburbia" (SEGRE, 1992, p. 101). Assim, a modernidade, que traz em seu bojo a lógica da construção em massa e a extensão suburbana, traz também a demolição dos ambientes históricos. Portanto, ao desmerecer a coerência estética da cidade, indispensável ao coletivo social, a modernidade arruína também as identidades individuais, que estão diretamente relacionadas com o nível de vida, as expectativas culturais, a possibilidade de realizar-se material e espiritualmente e sua percepção de pertencer ao grupo comunitário.

Só assim o ambiente adquire um significado; de outro modo, torna-se simplesmente um marco anônimo, que se assume mecanicamente porque possui existência real e marca sua sobrevivência, mas que carece de um valor interiorizável, ou pelo menos transcendente bem além da função objetiva. Caso se mantenha vigente o sistema de valores que continua prolongando e fortalecendo esta realidade, não é possível resgatar a memória social, urbana, através da leitura individual, como uma interiorização consciente e inconsciente dos atributos perduráveis do ambiente urbano. O desaparecimento dos símbolos referentes de uma cultura herdada cuja existência é negada pela "estética" da exploração e da miséria gera uma amnésia permanente no âmbito urbano (SEGRE, 1992, p. 104).

Interpretando o patrimônio histórico como fruto da acumulação de esforços herdados por uma sociedade, expresso em seu desenvolvimento habitacional e na capacidade de investimento comunitário através do tempo, Gutiérrez (1992, p. 123) afirma que o patrimônio é um "capital concentrado", não podendo ser desprezadas suas possibilidades de aproveitamento, seja por meio de operações de reabilitação, de reciclagem ou de reutilização. O arquiteto argentino também descreve a forte ofensiva dos interesses imobiliários e a recorrente tentativa de revogação dos instrumentos legais de conservação do patrimônio, sempre com base na ideia de um "direito individual para a demolição especulativa", partindo da premissa segundo a qual qualquer defesa do patrimônio integraria uma política espoliativa do direito à propriedade individual.

Em Vitória da Conquista, os interesses econômicos e a noção de progresso e modernidade estão presentes nas páginas de diversos jornais desde a década de 1920. Em sua edição do dia 28 de setembro de 1925, o jornal conquistense A Semana, de circulação semanal, já travava em alto e bom som sua luta contra o "bairrismo" que, segundo seus editores, estaria inviabilizando o progresso de Vitória da Conquista em função da não admissão, por comerciantes locais, de novos empreendedores, oriundos de outras partes da Bahia e do Brasil. O artigo intitulado Intolerantes e Intoleráveis não deixa dúvida quanto ao talento dos conquistenses para o discurso e a ideia de prosperidade e progresso como suposta vocação local.

Mas, se temos, como assim ficara expresso, orgulho de termos aqui nascidos, não permitimos jamais que esse sentimento, aliás muito nobre e muito digno, exceda as suas raias naturais para tornar-se mesquinho e vergonhoso bairrismo de alguns conterrâneos nossos, os quais, numa miopia clamorosa, uma cegueira inadjectável (sic), intolerantes e por isso mesmo intoleráveis, julgam porque aqui nasceram que esta terra seja como uma propriedade sua e não podem ver com os olhos bons a

prosperidade de muitos homens dignos que para aqui vieram de outras partes do Estado ou do país. E para que esta terra progrida menos lentamente, para que a Conquista possa colocar-se no lugar a que tem direito pelas suas riquezas e sua grandeza, torna-se mister que desenvolvamos uma propaganda ativa das suas possibilidades, atraindo por esse modo para aqui elementos de valor de outras localidades, do Estado, do país, quiçá do estrangeiro (A SEMANA, 1925, 17 de outubro, p. 3).

Dois anos após esta manifestação, em 1927, o comércio ganha impulso com a abertura da estrada de rodagem ligando Vitória da Conquista a Jequié (município localizado a 157 quilômetros), obra realizada pela Companhia Rodoviária Conquistense, empresa fundada por proprietários rurais, que aceleraram a extinção do transporte de mercadorias nos lombos de animais de carga, rompendo o isolamento geográfico histórico (ORRICO, 1982, p. 40). Com a estrada, caminhões passam a realizar o transporte de mercadorias e Vitória da Conquista vê surgirem seus primeiros grandes comerciantes; é quando ganham notoriedade os caixeiros viajantes, cuja presença extrapola o mero fazer comercial, pois que “representam uma ponta de civilização entre a capital e o interior”, pois “seu papel civilizatório é compatível ao do padre e do professor, que também exerceram a mesma influência sobre a população sertaneja” (FERNANDES<sup>1</sup>, 2010). Em sua edição de 2 de julho de 1944, o semanário A Conquista destacava o lado positivo da Segunda Grande Guerra para o “surto de progresso” da economia local:

É inegável o surto de progresso por que está passando a nossa cidade. (...) A par de erros e velharias sem remédios, sentimos aqui um ritmo novo de vida. Poucas ou nenhuma cidades do interior baiano cresceram tanto em tão pouco, como Conquista. A guerra, agente de males para todos, teve aqui, para nós, esse lado bom, que de nenhum modo a justifica. (...) Devido em grande parte à guerra, o surto de progresso por que passa Conquista acentuar-se-á com a paz, através do trabalho esclarecido de seus habitantes, apoiados pela Prefeitura, a quem toca, neste particular, a posição de vanguardeira, se não quiser trair a confiança do povo (JORNAL A CONQUISTA, edição de 2 de julho de 1944, p. 6).

Sobre este assunto, o então vereador Everardo Públio de Castro escreve sobre o progresso da cidade e defende novas tendências estéticas para que as casas comerciais sejam “dignas desse nome”. Afirma que a cidade é “apática e sonolenta” em função de “suas casas de fisionomias arquitetônicas moldada no velho estilo colonial”:

Conquista era assim uma cidade apática e sonolenta. As casas comerciais da Conquista desse tempo eram modestas e simples. Não havia, por aquela época, bares modernos. Um fatalismo, porém, que talvez preside as causas e os acontecimentos, de modo violento e tumultuário como um vulcão, despertaram essa cidade sonolenta para transformá-la, hoje, a cidade mais próspera do interior da Bahia. (...) Uma após outra foram surgindo as novidades. Vieram as primeiras casas comerciais dignas desse nome. E com elas as vitrines, as exposições noturnas, o aspecto de conforto para o trabalho de sedução para os olhos e um provocar para os desejos (JORNAL A CONQUISTA, edição de 2 de julho de 1944, p. 3).

<sup>1</sup> In: Taberna da História: [www.tabernadahistoriavitoriadaconquista.com.br](http://www.tabernadahistoriavitoriadaconquista.com.br)

Vale ressaltar que o discurso associa “rejuvenescimento” a renovação estética, indicando que há transformações na arquitetura local, identificadas nas referências às “novas construções” e em conceito como “cidade moderna”. É possível evidenciar o grau de transformação experimentado por Vitória da Conquista quando o autor declara que alguém que tenha retornado à cidade após cinco anos de ausência dificilmente a reconheceria, devido à “extraordinária mudança”.

Outra demonstração da forte presença da ideologia do progresso e da modernidade nos discursos locais é o editorial do Jornal A Semana, publicado na edição do dia 19 de agosto de 1928, que trata das condições estruturais da antiga Igreja Matriz e conclama os católicos a exercerem a cristandade demolindo aquele “vetusto casarão de paredes fendidas” para “edificar uma Igreja de feitiço moderno, confortável e elegante”:

Mais um apelo

Em prol do embelezamento da cidade

Já os nossos avós diziam: "Roma não se fez n'um dia..." Conhecemos bem o corriqueiro brocardo; entretanto, os dias passam, vão-se os anos e certos melhoramentos sepultam-se no olvido, com prejuízo geral, especialmente do embelezamento da cidade que de tanta coisa carece. A nossa velha Matriz já não é mais para nosso tempo. Faz vergonha, revolta e indigna ver aquele vetusto casarão de paredes fendidas, escorado por imensas muralhas que bem guarneceriam a Bastilha. De quem é a culpa? Deste ou daquele?

Não. A culpa é de todos nós que nos prezamos de ser católicos. Sim, porque se a população católica de Conquista quisesse mesmo edificar uma Igreja de feitiço moderno, confortável e elegante nesta cidade já o teria feito, podendo-se derribar aquela carcaça enorme que diz ao mau gosto de nossa gente e dos nossos credos religiosos. Não vá melindrar-se, leitor, porque chamamos de carcaça a nossa velha matriz.

Saiba que assim nos referimos no tocante a esse quadrolongo (sic) de paredes rachadas, reservando a nossa fé cristã o que tudo quanto diz respeito à sagrada parte espiritual do templo do senhor. No local em que terá de ser edificada a nova igreja notam-se algumas casas velhas, verdadeiros pardieiros, dispostos à próxima desapropriação, as quais, pelo seu abandono, já meio destelhadas, atentam contra a higiene local. Que fiquem estas linhas para a observação sensata dos verdadeiros interessados no caso em apreço. São os votos da "A Semana" (JORNAL A SEMANA, 19 de Agosto de 1928, p. 5).

Um ano antes, o mesmo jornal, em sua edição de 31 de outubro de 1927, já clamava por um “novo templo”, exortando a comunidade católica a compartilhar os anseios por uma igreja que condissesse com o “gosto artístico” da população.

Lembrar-vos pois, povo católico, de que tardando já vai a realização desse intento que é o de construir-se um templo novo que materialmente venha falar bem alto de nosso progresso, do nosso gosto artístico e quiçá do nosso engrandecimento espiritual. Eis, pois, que se efetive já e já o portentoso cometimento (JORNAL A SEMANA, 31 de outubro de 1927, p. 3).

Necessário demonstrar que, embora raros, existiam discursos contrários à demolição da igreja matriz original, como foi o caso do editorial do dia 9 de abril de 1932 do jornal O Combate, intitulado ‘Ruínas que falam’, no qual já era utilizada a expressão patrimônio histórico para identificar o valor simbólico do imóvel e para lamentar sua demolição, inclusive atribuindo a dor da perda à população que “assiste, com indizível emoção, a lenta mais definitiva derrubada da velha Igreja Matriz”.

Arrancou-se o telhado. Arrancaram-se as grandes vigas, ainda rijas, ainda resistentes à acção consumidora do tempo. Derrubam-se, aos poucos, as grossas paredes. E o velho templo, onde tanta gente recebeu a água lustral do baptismo da Religião de Christo; o velho templo, onde a alma catholica da familia conquistense, tantas e tantas vezes, deu as provas mais vehementes do seu sentimento religioso; o velho templo, que falava do passado desta terra, dos seus dias primitivos, como um grande livro vivo, o velho templo de Conquista, breve, será completamente arrazado... Ahi estão ainda, como que vivas, palpitantes, como que demonstrando energias que não querem extinctas, as suas ruinas. Ruinas que não são cousas mortas, porque ruinas, escombros, ultimos restos dum templo como a nossa velha Matriz, devem ter uma alma eterna, inextinguivel, que murmura, que fala, que geme, que grita, aos nossos ouvidos, á nossa propria alma, um grande, um repetido e fecundo apelo (O COMBATE, 9 de abril de 1932, p. 2).

Em 1956, Vitória da Conquista foi tema de reportagem especial da Revista O Cruzeiro por ter-se sagrado vencedora, ao lado de outros nove municípios, do concurso "Municípios brasileiros de maior progresso", evento patrocinado pela publicação em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). A Comissão Consultiva de Administração Pública, responsável pela análise das propostas apresentadas pelos municípios candidatos, era formada por representantes da Fundação Getúlio Vargas, da Universidade de Minas Gerais, da Escola Brasileira de Administração Pública; da Escola de Administração de Empresas; do Senado Federal; da Casa Civil da Presidência da República; do Ministério da Viação e Obras Públicas; do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, entre outros. O então prefeito municipal Edvaldo Flores representou Vitória da Conquista e recebeu a Menção Honrosa das mãos do então presidente da República, Juscelino Kubitschek, em solenidade realizada no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

Na edição do dia 27 de outubro de 1956, o Jornal O Conquistense estampou a seguinte manchete de capa: "O único do Norte e um dos dez no Brasil". Em tom ufanista, a matéria realça o feito alcançado pelo município no plano nacional:

Inegavelmente constituiu brilhante vitória para Conquista o troféu conquistado, testemunho de que somos evidentemente um dos municípios de maior progresso no imenso território pátrio. Ao ensejo desse acontecimento e na oportunidade da inauguração do Parque Jardim das Borboletas, prevista para 25 de novembro vindouro, vários festejos assinalarão esses dois memoráveis acontecimentos. O Conquistense, que esteve presente e tudo tem feito no sentido de maior desenvolvimento de nosso município, sente-se feliz pela vitória alcançada, que é do povo, pelo qual tanto tem trabalhado esse jovem prefeito, em tão boa hora conduzido ao governo municipal pelo sufrágio livre e honesto dos que sabem escolher (O

CONQUISTENSE, edição de 27 de outubro de 1956).

Neste processo de afirmação de Vitória da Conquista como polo regional de desenvolvimento, teve papel fundamental a pavimentação da Rio-Bahia, “maior empreendimento rodoviário que se completa no mundo em 1963”, segundo engenheiro Roberto Lassance, então diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (MANCHETE, 20 de julho de 1963). O então presidente da República, João Goulart, que esteve em Vitória da Conquista para o ato de entrega da obra, afirmou: “Esta estrada é a afirmação da capacidade de nossos engenheiros, técnicos e operários. É a afirmação da fé no desenvolvimento do Brasil e da vontade de progresso do seu povo” (MANCHETE, edição de 20 de julho de 1963).

Na década de 1960, Vitória da Conquista assume uma posição de destaque no contexto econômico da Bahia. Até mesmo periódicos de circulação nacional assinalam esse desenvolvimento, como na edição de 13 de abril de 1968, da Revista O Cruzeiro, em que uma reportagem com feição publicitária exhibe uma foto do antigo Parque Jardim das Borboletas, atual Praça Tancredo Neves, que toma mais da metade da página da revista, com a seguinte legenda: “Vitória da Conquista, centro de pecuária e agrícola, tem belos aspectos. A iluminação é a vapor de mercúrio”. Adiante realça que,

ao sabor do prestígio administrativo do prefeito Fernando Spínola, Conquista tem ainda o seu forte, ao longo do asfalto da Rio-Bahia, na pecuária e na agricultura. Mas seu prefeito quer plantar indústrias naqueles sítios amenos. Conta, nesta arrancada, com o Governo do Estado e Federal, e com bom investimento empresarial (O CRUZEIRO, 13 de abril de 1968).

A reportagem faz referência à construção do Estádio Municipal Lomanto Júnior, à iluminação de mercúrio, à existência de um Shopping Center, “tudo sob o comando do Plano Diretor do Município” – lei que a cidade ainda não possuía, pois que o primeiro Plano Diretor Urbano de Vitória da Conquista seria instituído quase uma década depois, em 1976, na gestão do prefeito Jadiel Vieira Matos. O trecho seguinte traz um dado importante à compreensão do processo de dinamização urbana de Vitória da Conquista, que é a notícia de expansão do perímetro urbanizado, com a pavimentação asfáltica alcançando o Bairro Sumaré, hoje área central, mas considerado periférico à época.

Fez ainda a pavimentação de 40 mil metros quadrados de logradouros, que colocou em relevo especial o bairro de Sumaré. Entre as obras mais profundas está no caderno do prefeito o serviço de águas, a interligação de Paulo Afonso, alargamento de ruas centrais, construção da estação rodoviária e construção de um centro de cultura. Eis Vitória da Conquista, uma cidade estradeira, umas das prósperas cidades baianas (O CRUZEIRO, 13 de abril de 1968).

Vitória da Conquista e seu progresso econômico seria motivo de nova reportagem da Revista O Cruzeiro na edição de 1 de dezembro de 1971. Uma matéria ocupando as duas páginas centrais da

revista (78 e 79) estampava a seguinte manchete: “Vitória da Conquista: polo de desenvolvimento”. Uma foto panorâmica da cidade traz a seguinte legenda: “Vitória da Conquista teve a felicidade de encontrar, no seu prefeito, um homem devotado ao progresso da cidade”. O texto faz referência à gestão do então prefeito municipal Nilton Gonçalves e cita a implantação do Centro Industrial dos Imborés e a ênfase ao turismo, para melhor “aproveitar as características climáticas e de localização da cidade”; a aceleração das obras dos setores de viação; dinamização do sistema educacional; e implantação de uma usina de asfalto.

Vitória da Conquista não é apenas a capital baiana do frio. É também umas das cidades que melhor apresenta perspectivas de rápido desenvolvimento econômico. O município afirmava-se até bem pouco tempo pelo seu avançado comércio, sobretudo de gados, cujos rebanhos são criados em grandes fazendas que a região - própria para pecuária - comporta. Hoje, entretanto, as riquezas tradicionais estão sendo agregadas às iniciativas de ordem industrial, graças a uma mentalidade empresarial nova que já se mostra bem forte na comunidade (O CRUZEIRO, edição de 1 de dezembro de 1971).

O progresso econômico de Vitória da Conquista também foi objeto de matéria da edição do dia 22 de junho de 1963 da Revista Manchete, de circulação nacional e de grande tiragem. Em reportagem sobre a entrega das obras da Rodovia Federal 116, a Rio-Bahia, há a seguinte manifestação sobre a cidade:

A 110 quilômetros da divisa de Minas Gerais, aparece no horizonte Vitória da Conquista. A exemplo de Governador Valadares, Vitória da Conquista é na Bahia a cidade com o maior índice de crescimento. A movimentação de suas ruas é impressionante. Agora não há aquele espetáculo constrangedor de vinte anos atrás, quando se via um mendigo em cada esquina. Além de seu comércio movimentado, tem bons hotéis (com apartamentos e banhos quentes), cinemas e modernas moradias. O progresso de Vitória da Conquista influenciou decisivamente no município de Jequié, também na rota da BR-4 (MANCHETE, edição de 22 de junho de 1963).

É possível afirmar, com base nas informações levantadas nos jornais e em artigos de historiadores locais, que a privilegiada localização geográfica, com estradas cortando a cidade de norte a sul e de leste a oeste, foi decisiva no processo de transformação experimentada por Vitória da Conquista, incidindo, por óbvio, na paisagem urbana, com forte impacto sobre o acervo arquitetônico representado pelas edificações construídas no centro histórico em finais do século XIX e início do século XX.

### **3.3. Patrimônio em risco**

O centro histórico de Vitória da Conquista, diferentemente de tantas outras cidades – exemplo bastante elucidativo é o de Salvador, capital da Bahia – não sofreu com o fenômeno da descentralização ao ponto de ver sua área central relegada, com a alteração de suas funções típicas,

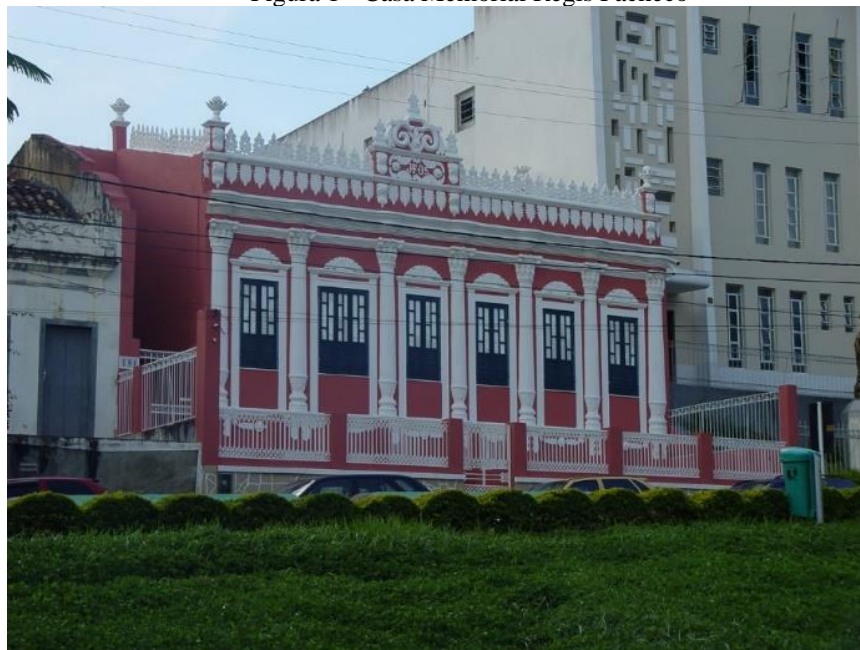
seja de presença comercial maciça ou de funcionamento das principais instituições públicas, como Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, fórum e Correios.

Medeiros (1978) afirma que em Vitória da Conquista o loteamento, no sentido técnico da palavra, surgiu na primeira metade da década de 1950, atendendo “à crescente demanda motivada pelo crescimento populacional urbano” (MEDEIROS, 1978, p. 9). No entanto, esta pesquisa verificou que não houve perda da vitalidade econômica e social do centro da cidade, que abriga ainda as principais lojas de varejo e atacado, além da principal feira da Região Sudoeste, a Central de Abastecimento Edmundo Santos (Ceasa), por onde circulam diariamente milhares de pessoas também de vários municípios vizinhos, tudo isso apesar da emergência de novas centralidades em áreas populosas, como os bairros Brasil e Patagônia, na zona oeste, e Alto Maron, na zona leste da cidade.

Levantamento feito pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Vitória da Conquista, no ano de 2019, revela que as principais edificações que integram o acervo monumental da cidade estão localizadas em seu centro comercial, que congrega algo em torno de trinta edificações do final do século XIX e início do século XX. Entre estes, estão o prédio que serve de sede à Prefeitura Municipal, construído em 1921; o Solar dos FONSECAS, considerado um dos casarões antigos mais vistosos da cidade, que teve sua construção concluída em 1918 e que, em 1985, foi adquirido e restaurado pela Prefeitura para servir de sede ao Conservatório Municipal de Música.

Integra o acervo, também, a Casa Memorial Régis Pacheco, na Praça Tancredo Neves. Tombada pelo Decreto Municipal 8.596, de 1993, foi residência do ex-prefeito de Vitória da Conquista e ex-governador da Bahia, Régis Pacheco; foi sede do Conservatório de Música e, atualmente, depois de restaurado por meio de parceria entre Prefeitura e Ministério da Cultura, sedia um Museu-Memorial.

Figura 1 - Casa Memorial Régis Pacheco



Fonte: Site da Prefeitura de Vitória da Conquista

Com o Decreto 9.770, de 10 de março de 2000, foi patrimonializado o prédio que abrigou o Grêmio Castro Alves, o Cine Ritz e a antiga Rádio Clube, na Praça Barão do Rio Branco. Em ambos os casos, o tombamento foi proposto pelo Conselho de Cultura, que emitiu parecer se posicionando sobre a necessidade de consolidação da política de preservação do patrimônio cultural, natural e arquitetônico. A proposta está fundamentada em levantamento histórico efetuado pelo Conselho, segundo o qual “ficou constatado que o edifício é um dos remanescentes da arquitetura da cidade, enquadrando-se no estilo neoclássico, construído no início do século”.

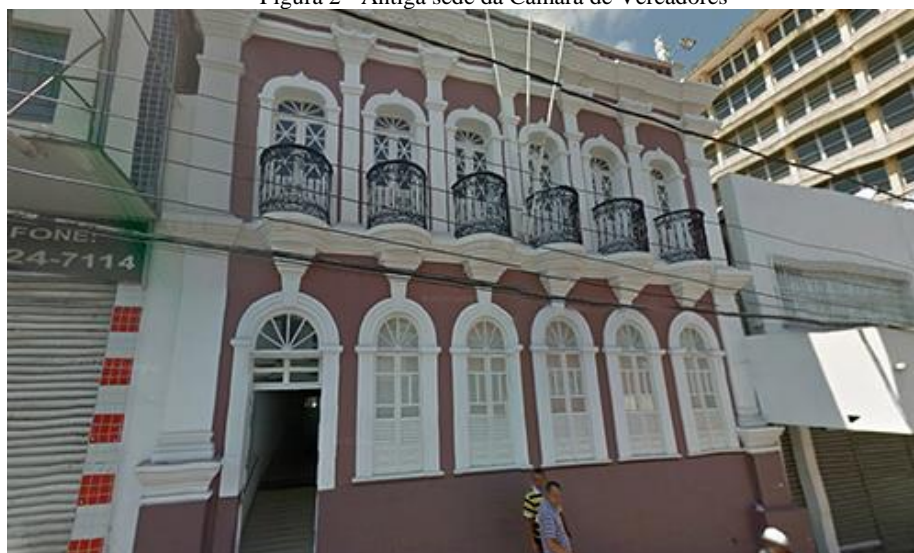
Vitória da Conquista abriga uma terceira edificação patrimonializada, mas por órgão estadual: em 28 de dezembro de 2005, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), autarquia vinculada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, por meio da Resolução de Tombamento nº 9.745/05, com base na Lei Estadual nº 8.895, de 16 de dezembro de 2003, tombou a Casa de Tia Zaza, localizada no nº 86 da Praça Barão do Rio Branco. Edificada em 1889 pelo pecuarista José Fernandes de Oliveira, descendente do fundador da cidade de Vitória da Conquista e influente líder político local, o casarão foi construído pelo mestre de obras Luiz Alexandrino de Melo, popular Luiz Pedreiro, sendo o último remanescente íntegro daquela praça. Os demais foram demolidos, substituídos ou alterados.

Outros dois decretos de tombamento – editados já no terceiro governo do prefeito José Pedral Sampaio – merecem exposição, por se tratar de matéria ambiental com lastro na Lei 707/93. O Decreto 8.594, de 30 de maio de 1996, declarou área de preservação a Lagoa das Bateias, local cuja concentração de águas seria de importância substancial, segundo o gestor, para implantação de um cinturão verde com espécies de vegetais adaptadas, “cuja finalidade será permitir a construção de barreira como quebra-vento em benefício dos bairros vizinhos”. O decreto faz menção a parecer emitido pelo Conselho Municipal de Cultura em 15 de março de 1995, no qual é recomendado o tombamento como necessário à recuperação ambiental. A coordenação municipal de cultura foi designada para fiscalizar a área tombada.

Com o Decreto 8.595, de 30 de maio de 1996, o Município tombou a Serra do Periperi, argumentando ser a área remanescente da Mata Atlântica e onde está situado o Poço Escuro, “cuja reserva de mata nativa interessa ao meio ambiente”. Há também na argumentação para tombamento da área menção à recomendação expedida pelo Conselho Municipal de Cultura, além da afirmação de que a área vinha sendo objeto de extração mineral predatória, daí a razão pela qual o estado atual da serra estaria a exigir atenção do Poder Público para impedir a “ação danosa de quantos dela retiram areia, pedras e cascalho em prejuízo da coletividade”. Ficou decretada de preservação ambiental uma área de 500 hectares.

Apesar do conjunto de leis que prescrevem a preservação do patrimônio cultural material e imaterial, muitas edificações, desprovidas do olhar público, ainda padecem do risco de desmoronamento, demolição e de descaracterização no município de Vitória da Conquista. O prédio onde funcionou a Câmara de Vereadores – transformado em Memorial Manoel Fernandes de Oliveira em abril de 2019 – é um exemplo de patrimônio que merece um olhar acurado do poder público e da sociedade, vez que jamais foi relacionado para uma medida protetiva definitiva. Construído em 1910 pelo mestre de obras Luiz Alexandrino de Melo, o prédio serviu de residência, hotel, fórum e Justiça do Trabalho e foi adquirido em 1960 pelo Município, que o restaurou para servir de sede ao legislativo. Na reforma, o edifício sofreu algumas alterações: foi demolida a cozinha, que ficava ao fundo, houve mudança do piso inferior e foi construída uma nova escada no lugar da originalmente helicoidal. Além disso, foram substituídas algumas janelas da fachada e a porta principal, que estavam danificadas.

Figura 2 - Antiga sede da Câmara de Vereadores



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

No primeiro pavimento, a fachada do prédio contém cinco janelas e uma porta de entrada; o segundo contém seis janelas com sacadas em forma de púlpito de igreja, “talvez o único em toda a arquitetura civil brasileira”, segundo afirmou o historiador Mozart Tanajura em entrevista concedida em março de 2001 ao jornalista Fábio Sena, para composição do acervo do Memorial da Câmara. Segundo o estudioso, este estilo de construção é peculiar à arquitetura religiosa, pois, embora de estilo neoclássico, o prédio ostenta púlpito de inspiração barroca, mas dentro da perspectiva do eclético. Encimando o telhado, existem quatro estátuas, uma em cada quina, moda portuguesa que chegou ao Brasil durante o período colonial, segundo afirmou Tanajura (1999, p. 9). Outros edifícios da cidade também possuíram estátuas em seu telhado, como os do prédio da

antiga prefeitura, chamado Paço Municipal, e o Ginásio de Conquista, atual Museu Padre Palmeira. As estátuas que encimam o prédio da antiga Câmara de Vereadores representam os deuses Apolo, Mercúrio, Diana e Júpiter.

#### **4. Considerações Finais**

Conclui-se, assim, com o entendimento de que o município de Vitória da Conquista, assim como outras tantas cidades Brasil afora, está subordinado a uma sistemática destruição das marcas do seu passado ainda hoje por causa das ideias de progresso e modernidade, sendo visível a fragilidade dos organismos públicos municipais e da própria sociedade organizada no processo de preservação dos testemunhos do passado no itinerário de planejamento urbano, exilando as pessoas de seu próprio meio e criando um ambiente hostil à maioria da população. Como na maioria das cidades brasileiras, Vitória da Conquista padece frente à ofensiva comércio imobiliário e da prática reinante da busca do lucro como principal critério no processo de uso do solo urbano.

O conjunto de edificações remanescentes do final do século XIX e início do século XX em Vitória da Conquista se reveste de considerável valor histórico-arquitetônico, merecendo, na condição de patrimônio cultural reconhecido, uma gestão rigorosa por parte do poder público municipal no sentido de sua preservação, levando em conta especialmente o fato de que há uma acentuada força do mercado imobiliário e do comércio que triunfa sobre este patrimônio cultural, demolindo-o, mesmo diante da existência de farta legislação municipal para sua proteção.

Apesar de diversos dispositivos legais, espalhados em diferentes leis municipais, decretos e iniciativas legislativas, a memória arquitetônica local segue vulnerável, sem benefícios de medidas protetivas, sujeita ao desgaste causado pelo tempo e à sanha dos especuladores imobiliários, que vêm, especialmente a partir do final da década de 1990, demolindo casas, que são substituídas por estacionamentos, lava-jatos e lojas com fachadas reconfiguradas.

Constituir uma política pública de proteção ao patrimônio histórico, artístico e cultural é um desafio que vem sendo enfrentado por instituições públicas e privadas e pesquisadores mundo afora para superação do que significa o apagamento desta memória. Um conjunto de instrumentos legais foi criado no Brasil para oferecer proteção ao patrimônio, mecanismos que asseguram a preservação da história e da memória que se tornaram o presente das cidades.

No entanto, é possível afirmar que, no caso específico de Vitória da Conquista, há um grande fosso entre a lei e sua aplicação. A Lei 707 – Lei do Tombamento –, entre todas a mais importante, que representou um marco institucional, pois assegurou um dos dispositivos legais para proteção de bens móveis e imóveis de valor histórico e cultural, não teve o êxito, como ficou demonstrado neste artigo, de per si, cumprir o papel de conter a destruição de prédios de valor histórico e arquitetônico,

bem como minimizar o processo de dilapidação de áreas de interesse ambiental como a Serra do Periperi e a Lagoa das Bateias que, apesar de formalmente salvaguardadas pelo instituto do tombamento, não mereceram a proteção fática.

Apesar da importância histórica da Lei 707/1993 – e dos demais dispositivos legais locais –, merece realce o fato de, após 31 anos de existência da primeira norma do ordenamento jurídico municipal destinada à salvaguarda patrimonial, apenas dois imóveis terem sido tombados na história de Vitória da Conquista com base nesta prescrição. Com o Decreto 8.696, de 28 de maio de 1996, foi declarada tombada a edificação do final do século XIX (ano mais provável 1883), construída em estilo neoclássico na antiga Rua Grande (atual Praça Tancredo Neves), onde residiu o ex-governador do Estado da Bahia, Luiz Régis Pacheco Pereira, e que serviu de sede ao Conservatório Público de Música. Restaurado em 2008 por meio de parceria entre Prefeitura e Ministério da Cultura, atualmente sedia um Museu-Memorial.

## 5. Referências

**BELLAIGUE**, Mathilde. Memória, Espaço, Tempo, Poder. In: Revista Museologia e Patrimônio, v. 2, n. 2, jul./out. 2009. Disponível em:

lt.<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/4/2gt..> Acesso em: 20 maio 2010.

**BRASIL**. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 jun. 2020.

**BRASIL**. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 fev. 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 17 jun. 2020p.

**BRASIL**. Ministério do Desenvolvimento Regional. Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais. Brasília: Nacional de Programas Urbanos. 2005. Disponível em <http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/257/titulo/manual-de-reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais>. Acesso em 17 jun de 2020.

**CÂMARA DE VEREADORES**. (1993). Projeto de Lei N.º 595, de 23 de Maio de 1993. Institui normas sobre tombamento de bens móveis e imóveis situados no território do Município e dá outras providências.

**CARVALHO**, Aline e **MENEGUELLO**, Cristina (orgs.). Dicionário Temático de Patrimônio. Debates contemporâneos. Ed. Unicamp. 2020.

**CHAUÍ**, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/DPH. São Paulo, DPH, 1992, p.43-44.

**FERREIRA**, Jurandyr Pires (org.). Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. v. 1: Geral. R-enc/FERe/1959/v.

**IBGE** - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, IBGE/Serviços Gráficos, 1960 (Volume 21, Municípios do Estado da Bahia).

**IPHAN** - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos Tombados. Manual de Preenchimento do Inventário Nacional de Bens Imóveis. Brasília: Senado, 2007.

**JORNAL A SEMANA**. Mais um apelo: Em prol do embelezamento da cidade. Vitória da Conquista. 19 de Agosto de 1928.

\_\_\_\_\_. Vitória da Conquista: 31 de outubro de 1927.

**JORNAL A SEMANA**. Editorial. Intolerantes e Intoleráveis. 28 de setembro de 1925. Pag. 2.

**JORNAL O CONQUISTENSE**. O único do norte e um dos dez no Brasil. Vitória da Conquista. 27 de outubro de 1956.

\_\_\_\_\_. Luz! Luz, pelo amor de Deus!. Vitória da Conquista. 13 de Outubro de 1935.

\_\_\_\_\_. As trevas da cidade: mais uma vez o nosso apelo. Vitória da Conquista. 29 de março de 1936

**MAGALDI**, Cássia. O público e o privado: propriedade e interesse cultural. In: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/DPH. São Paulo, DPH, 1992).

**MANCHETE**. Revista semanal de distribuição nacional. Rio de Janeiro:  
Ed. Manchete, 20 jul., 1963  
\_\_\_\_\_. 22 jun., 1963

**MEDEIROS**, R. H. M. Ensaio Conquistenses. IN: O Fifó – Vitória da Conquista: edições de outubro de 1977 a dezembro de 1978.

**MEDEIROS**, R. H. M. Vitória da Conquista nos anos 1960-1978. 30 de maio de 2012. Disponível em: <https://ruymedeiros.blogspot.com>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

**MEDEIROS**, R. H. M. Os loteamentos e a expansão urbana de Vitória da Conquista, Vitória da Conquista, 25 de janeiro de 1978 – FIFÓ – 9, 1978.

**O CRUZEIRO**: revista semanal de distribuição nacional. Rio de Janeiro:  
Ed. O Cruzeiro, 28 mai., 1955.  
\_\_\_\_\_. 16 nov., 1955.  
\_\_\_\_\_. 13 abr., 1968.  
\_\_\_\_\_. 1 dez., 1971

**O COMBATE**. "Progresso de Conquista: será inaugurada brevemente a "Casa de Saúde". 29 de junho de 1943.

**PÚBLIO DE CASTRO**, Everardo. A Conquista de Ontem e a de Hoje. Jornal A Conquista. Edição de 16 de julho de 1944.

**SEBASTIÃO**, Ana Sofia Camoêsas. Planejamento Estratégico Para o Centro Histórico de Torres Vedras. 2010. Dissertação (Mestrado) – Curso de Urbanismo, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011. Cap. 2. Disponível em: Acesso em: 28 abr. 2021.

**SEGRE**, Roberto. O resgate social da memória In: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/DPH. São Paulo, DPH, 1992, p.90-101.

**TANAJURA**, Mozart. História de Conquista: Crônica de uma Cidade. Vitória da Conquista, 1992.

**VIANA**, Aníbal Lopes. Revista Histórica de Vitória da Conquista. Vol. 1 e 2. Vitória da Conquista. Ed. do autor. Brasil Artes Gráficas LTDA. 1985.

**VITÓRIA DA CONQUISTA**. (1976). Plano Diretor Urbanístico. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

**VITÓRIA DA CONQUISTA**. (1990). Lei N.º 528/90: Institui a Lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista e dá outras providências.